



# *Câmara Municipal de Taquarituba*

Tel. (14) 3762-1179 CNPJ 50.366.483/0001-10

E-mail: [camara@taquarituba.sp.leg.br](mailto:camara@taquarituba.sp.leg.br)

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E ORDEM SOCIAL**

### **PARECER**

**Assunto:** Parecer acerca da legalidade do Projeto de Lei nº 16, de 24 de abril de 2025, que “Altera a Lei Municipal nº 1.592/2009, que dispõe sobre o exercício da atividade de transporte de passageiros por veículos de aluguel – táxi, no Município de Taquarituba”.

O Projeto de Lei em análise, de iniciativa do Poder Executivo, tem como objetivo atualizar e adequar dispositivos da Lei Municipal nº 1.592/2009, a qual regulamenta a atividade de transporte individual de passageiros (táxi) no âmbito do Município de Taquarituba.

O projeto esteve em pauta conforme os trâmites regimentais e foi encaminhado a esta Comissão para análise e emissão de parecer.

Conforme previsto no artigo 68, § 1º, incisos I e II, do Regimento Interno desta Casa, compete à Comissão de Constituição, Justiça e Ordem Social opinar sobre o aspecto constitucional, legal, regimental e de técnica legislativa de todos os projetos de lei, para efeito de admissibilidade e tramitação.

A proposta introduz alterações relevantes, dentre as quais se destacam:

- Ajuste da proporção de táxis por habitantes, passando de 1 veículo a cada 500 habitantes para 1 veículo a cada 300 habitantes, com base em estimativa populacional do IBGE;
- Reversão ao Município das permissões em caso de falecimento do permissionário, não sendo estas mais transmitidas de forma automática a herdeiros;
- Vedação de duplicidade de permissões entre cônjuges ou companheiros, evitando a concentração da atividade em um único núcleo familiar;
- Previsão de revogação de permissão em caso de duplicidade conjugal, preservando o interesse público e a regularidade do serviço.



# *Câmara Municipal de Taquarituba*

Tel. (14) 3762-1179 CNPJ 50.366.483/0001-10

E-mail: [camara@taquarituba.sp.leg.br](mailto:camara@taquarituba.sp.leg.br)

O regime das permissões administrativas, de caráter precário, personalíssimo e não hereditário, encontra respaldo consolidado na jurisprudência pátria e no princípio da supremacia do interesse público. Assim, a previsão de reversão da permissão ao Município em caso de falecimento do titular está em consonância com a natureza do ato administrativo.

A ampliação da frota proporcional de táxis contribui para a melhoria do acesso ao transporte público individual e atende ao princípio da eficiência (art. 37, caput, CF), além de alinhar-se à Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012).

A vedação de concentração de permissões entre cônjuges ou companheiros materializa os princípios da impessoalidade, moralidade e isonomia (art. 37, caput, CF), garantindo maior igualdade de oportunidades entre interessados na exploração da atividade.

Portanto, no âmbito de competência desta Comissão, não encontramos óbice à regular tramitação do Projeto de Lei nº 16/2025, sendo nossa manifestação **FAVORÁVEL** à tramitação da proposta, a qual deve ser encaminhada ao Douto e Soberano Plenário para deliberação e votação.

É esse o parecer da presente Comissão, s. m. j.

Taquarituba, 18 de agosto de 2025.

**Bruno Vieira de Oliveira**

Presidente da Comissão

**Gabriel Aparecido Almeida Rodrigues**

Relator da Comissão

**Virgílio Eugênio de Almeida**

Membro